[1]

CONSELHO DA MULHER DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA

ATA DA REUNIÃO DO MÊS SETEMBRO DE 2024 DO CEDM

Aos três dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, às 10 horas e quarenta e cinco minutos em segunda chamada, no formato presencial na Sala de Situação no 4° andar do Palácio das Araucárias sito a Rua Jacy Loureiro s/n e por web conferência pela plataforma do Google Meet com Link: meet.google.com/zuq-kgng-vwg; deu-se início a reunião ordinária do CEDM. Estavam presentes; **Conselheiras Representantes Governamentais**: Titular: Mariana de Sousa Machado Neris (SEMIPI); Suplente: Adriana Siuta Lemos (SEMIPI); Titular: Andrea Mary Cuéllar Tramujas (SEEC); Titular: Jussara Fátima Ribeiro (SEAB); Titular: Maria Lúcia Raimondo (SETI); Titular: Silvana de Melo Ribas (SEED); Titular: Jane Cristina Lobato Vasques (SEJU); Titular: Mariana Silva da Costa (SETR); Suplente: Mariluce Santos de Pontes Gogosz (SETR); Titular: Carolina Bolfe Poliquesi (SESA); Suplente: Carla Koniecznіak Aguiar (SESA); Titular: Joselli Colaço (Casa Civil); Suplente: Viviane Aparecida Ribeiro Santos (Casa Civil); Titular: Ticyana Paula Begnini (SEDEF); Suplente: Eduarda Souza de Moura (SEDEF); Titular: Cristina Viana de Jesus (SEPL); Titular: Luciana de Novaes (SESP); Suplente: Carolina Pauleto Ferraz Zancan (SESP); **Conselheiras Representantes da Sociedade Civil**: Titular: Maria Isabel Pereira Corrêa (UBM); Suplente: Raissa Silveira de Melo Haquim (UBM); Titular: Tais Adams Gramowski (APP/Sindicato); Titular: Carmen Regina Ribeiro (RFS); Suplente: Ana Claudia Justino Sérgio Gianni (RMN); Titular: Rosalina Batista (ASSEMPA); Suplente: Silvana Rausis Fcachenco (ASSEMPA); Titular: Terezinha Andrade Possebom (HUMSOL); Titular: Maria Inez Barboza Marques (UNESPAR); Suplente: Isabela Candeloro Campoi (UNESPAR); Titular: Blanca Halice Darem (Casa de Malhu); Suplente: Bruna Marcelly Coutinho (Casa de Malhu); Titular: Rockmillys Basante Palomo (Ação Social Irmandade sem Fronteiras); Titular: Ana Cláudia Marochi (SINDIEDUTEC); **Colaboradoras(es) e Convidadas(os)**: Fernanda Cristina Heberle; Jessica Ferreira; Anelise Bonatto; Fátima Ykiko Yokohama; Adriana Kampa; Kelly Helena Correia Klein; Leonardo Bueno Carneiro; Ana Olímpia Machado; Natália Schmidt; Deise Tokano; Bruna Casas; Janaina Oliveira; Pamela Ribeiro Velho; Rosangela Pereira; Helena Grassi Fontana; Suhelen Cristina Oliveira de Souza; Jucelma Silveira Bueno da Silva; Larissa Sayuri Yamaguchi; Sueli Galhardi; Nádia de Oliveira; Gabrielle Viana Collatusso; Jardel Seabra de Melo Junior; Carmen Zadra; Amauê Jacinto; item um; **1) Boas vindas da Presidente:** Mariana de Sousa Machado Neris se apresenta dizendo que é Vice Presidente do Conselho e que hoje estará presidindo a reunião devido ao fato da Presidente Ivanete não estar presente por motivo de saúde, deseja um bom dia a todas e todos que estão presencial e também no formato virtual, diz que gostaria de dar as boas vindas para as novas Conselheiras que estão presentes hoje, da Casa de Malhu, Titular Blanca Halice Darem e Suplente Bruna Marcelly Coutinho, declara aberta a reunião e passa para o próximo ponto da pauta; item dois; **2) Apreciação e Aprovação da Pauta:** A Vice Presidente Mariana faz a leitura da pauta e a mesma foi aprovada; a Conselheira Maria Isabel Pereira pede a palavra, diz que gostaria de solicitar a inclusão da pauta 10 minutos de fala da indígena Amauê Jacinto sobre a situação atual nos territórios indígenas e das mulheres que estão afastadas dos seus territórios, inserção desta pauta no Relatório da Comissão Permanente de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher, todas aprovam a inclusão; item três; **3) Aprovação das Atas da Reunião Ordinária e Extraordinária do Mês de Agosto de 2024**: Atas sem contribuições, aprovadas; item quatro; **4) Informes da Secretaria Executiva**: A Secretária Executiva Kaomi Maltez Alves deseja um bom dia a todas e todos, inicia os informes falando que na reunião plenária de fevereiro de 2024 foi deliberado uma reunião extraordinária no dia 2 de outubro de 2024 para as apresentações do Plano Estadual dos Direitos da Mulher de todas as Secretarias, informa também que foi recebida a Resolução 070/SEMIPI referente a divulgação da fase de pré-habilitação para os municípios demonstrarem as condições de existência e regularidade dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher (CMDM), e do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher (FMDM), informa que o CEDM/PR foi convidado pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Ademar Luiz Traiano, para audiência Pública “Lipedema – entendendo a doença, seus sintomas e tratamento” no dia 20 de Agosto de 2024 as 09:00 horas, continua informando que a

1 Publicada no DIOE n°11763 em 09/10/2024

Presidente Ivanete foi convidada para a Campanha “Agosto Lilás 2024” do Centro de Referência Especializado da Assistência Social do município de Palmeira, dia 07 de Agosto de 2024, Ivanete indicou a Conselheira Maria Isabel para representá-la neste evento, a Presidente Ivanete também foi convidada para o primeiro seminário dos povos ciganos e direitos humanos previsto para acontecer no dia 23 de setembro de 2024 às 8 horas, e confirmou presença, informa agora com relação aos ofícios recebidos: Ofício nº 26/2024 referente a convite para a Presidente Ivanete participar do XI Encontro Municipal da Rede Nacional de Religiões Afro – Brasileiras e Saúde e VII Encontro Municipal de Mulheres de Axí do Ylê Axé Ópó Omim I em Londrina dias 14 e 15 de Setembro de 2024, Ofício n° 17/2024 referente a convite “Agosto Lilás – A Importância da Atuação dos Conselhos de Direitos ao Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres” dia 20 de Agosto as 14 horas na Câmara Municipal de Guaraqueçaba pela União Brasileira de Mulheres – UBM Paraná, a conselheira Maria Isabel representou o CEDM no evento, Ofício n° 098/2024 – SEMIPI referente a agradecimento pela participação na 2ª Caminhada do Meio-Dia – Paraná Unido no Combate ao Feminicídio, Ofício n° 100/2024 – SEMIPI referente a agradecimento pela participação no Lançamento do Selo de Boas Práticas no Combate à Violência Contra as Mulheres - (ABNT PR 1019/2023), Ofício n°1749/2024 – do Gabinete da SEMIPI referente ao Convite para o I Seminário: Povos Ciganos e Direitos Humanos, continua os informes falando agora dos ofícios encaminhados, Ofício n° 125/2024 encaminhado para CMDM de Londrina, resposta SESP, Ofício n°126/2024 ao Comitê Interinstitucional de Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres, referente a subsídios dos feminicídios no Paraná, Ofício n°127/2024 ao Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Paraná, nos colocando a disposição frente as pautas abordadas em especial envolvendo mulheres e seus direitos, Ofício n°128/2024 para a Associação de Mulheres Indígenas Organizadas em Rede – AMIOR, solicitando informações das violências sofridas pelas mulheres indígenas, Ofício n°129/2024 ao CMDM de Cascavel, sobre o esforço coletivo que resultou na criação no 2° Juizado de Violência Doméstica e Familiar de Cascavel/PR, Ofício n°131/2024 ao Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, apoio a nota de repúdio que indica o arquivamento do Projeto de Lei 1904, Ofício n°132/2024 ao CMDM de Paranavaí, solicitando o arquivamento de denúncia de racismo estrutural na gestão municipal e Ofício n°133/2024 ao CMDM de Ponta Grossa, apoio a nota de repúdio indignação aos feminicídios, finaliza dizendo que seriam estes os informes, Mariana agradece Kaomi pelos informes e passa para o próximo ponto de pauta; item cinco; **5) Apresentação do Material Cartilha e Cartaz - “Violência contra as mulheres: informe-se! Saiba o que fazer e como prevenir”:** A Conselheira Carla Koniecznіak Aguiar da Secretaria de Estado da Saúde (SESA) deseja um bom dia a todas, se apresenta dizendo que faz parte da Divisão de Promoção da Cultura da Paz e Ações Intersetoriais, fala que irá fazer a apresentação juntamente com a Conselheira Carolina Poliquesi que se encontra no formato virtual e faz parte da Divisão de Atenção à Saúde da Mulher, inicia falando que esse material Cartilha e Cartaz tem o objetivo de trazer para a população informações sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres, também a questão da violência sexual, da violência obstétrica, a questão da Cultura de Paz, a comunicação não violenta e canais de denúncia, fala que então procuraram alinhar toda essa temática dentro da Cartilha que foi lançada no dia 30 de agosto em um evento online e que está disponível para quem quiser assistir no canal do “you tube” da Escola da Saúde Publica, youtube.com/espprvirtual, a seguir mostra em slides a Cartilha “Violência contra as Mulheres – Informe-se: saiba o que fazer e como prevenir”, a Cartilha mostra o seguinte texto: Você sabia que a violência contra a Mulher ocorre em ciclos?, descreve o 1° Ciclo que é Escalada da Tensão – O agressor mostra-se tenso e irritado por coisas insignificantes, chegando a ter acessos de raiva, ele também humilha a vítima, faz ameaças e destrói objetos, faz agressões verbais, tem crises de ciúme, faz ameaças e realiza abuso emocional, a mulher passa a viver com medo de contrariar o parceiro; 2° Ciclo que é Explosão da Violência – Corresponde à explosão do agressor, ou seja, a falta de controle chega ao limite, a tensão acumulada se materializa em violência verbal, física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial, ocorrem agressões físicas ou sexuais graves, descontrole e destruição; e 3° Ciclo que é Lua de Mel – É caracterizada pelo arrependimento do agressor, que se torna amável para conseguir a reconciliação, a mulher se sente confusa e pressionada a manter o seu relacionamento, sobretudo quando o casal tem filhos, ele se mostra arrependido, faz juras de amor e promessas de que a agressão nunca mais vai se repetir; Carla continua mostrando o texto da Cartilha: Principais tipos de violências contra as mulheres; 1 – Patrimonial (retenção, subtração, destruição de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais), 2 – Física (tapas, espancamento, chutes, socos, arranhões, mordidas, queimaduras, etc.), 3 – Sexual (conduta que a constranja, manter ou participar de ato sexual não desejado mediante intimidação, ameaça ou uso de força), 4 – Psicológica e Moral (ameaças, constrangimentos, humilhação, manipulação, perseguição, insultos, chantagem,

isolamento e proibição de uma vida social),continua a apresentação dizendo que a Cartilha tem um QR Code para maiores informações e locais de atendimento no SUS onde também constam os números 190-Polícia Militar, 197-Polícia Civil, 181-disque denúncia, 183-SIATE, 192-SAMU e 0800 644 4414-Ouvidoria SESA, fala que é importante ressaltar que 38% dos assassinatos de mulheres no mundo são cometidos por parceiros íntimos do sexo masculino, e também o Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta que, em média, uma mulher foi vítima de feminicídio a cada 7 horas no Brasil em 2021, mostra o slide com alguns dados do sistema de informação de agravos de notificação, do Sistema Nacional de Atendimento Médico (SINAM) onde se coletam, por meio do preenchimento de fichas as informações dos dados de violência interpessoal e autoprovocada, então os dados de 2023 que são os dados que também estão na cartilha são de 47.137 notificações de violência interpessoal e autoprovocada, fala que a cartilha traz também sobre a lei Maria da Penha, contextualizando o que é a lei, quais são os casos que ela é aplicável, como a pessoa faz para acessar, explica que é importante fazer uma ressalva bem importante, de que em 2022, o Supremo Tribunal de Justiça decidiu que a lei Maria da Penha é aplicável também para casos de violência doméstica ou familiar contra mulheres transexuais, pois entendem que a lei deve ser abordada com base no gênero da vítima e não no sexo biológico, continua explanando que a Cartilha traz a questão da violência obstétrica, “o que é? quando e onde ocorre? quem são os principais autores? como evitar a violência obstétrica? o que fazer numa situação de violência obstétrica?” diz que a Cartilha também traz o Saiba Mais quanto aos direitos obstétricos e a questão da linha de cuidado, a importância do plano de parto e também os canais de denúncia com o uso do QR Code que vai direto para o site da Defensoria Pública, onde a vítima preenche o formulário para denunciar os casos de violência obstétrica, vai finalizando a apresentação mostrando a temática Cultura de Paz também contida na Cartilha: “Como promover a cultura de paz e a não violência para ter mais saúde?”, “Como podemos praticar a paz no dia a dia”, fala que pensa que a prevenção da violência só é possível a partir de uma mudança cultural, uma mudança de comportamento, da forma com que se relaciona com o outro e a cartilha finaliza com uma frase do Mahatma Gandhi, não existe um caminho para a paz, a paz é o caminho, Carla vai finalizando a apresentação agradecendo a oportunidade de estar apresentando a Cartilha, conta que a mesma já está na gráfica para impressão, que muito em breve terá a Cartilha física e posteriormente os Cartazes também, finaliza dizendo que gostaria de aproveitar e fazer um convite às Conselheiras para o IV Simpósio de Cultura de Paz e Promoção da Saúde que acontecerá nos dias 11, 12 e setembro, das 9 as 17 horas, no formato online pelo site da Escola de Saúde Pública, cujo tema deste ano será Construindo Caminhos e Ampliando Diálogos, quando será falado sobre comunicação não violenta, práticas integrativas complementares, crise climática e como promover a cultura de paz e saúde, a Secretária Executiva Kaomi pede a palavra e informa que esta apresentação completa estará disponível no site do CEDM www.cedm.pr.gov.br na aba Reuniões, a Vice Presidente Mariana agradece e parabeniza Carla pela sua apresentação, a Conselheira Maria Isabel Pereira Corrêa da UBM pede a palavra deseja um bom dia a todas e todos, parabeniza as Conselheiras da Saúde Carla e Carolina que são sempre muito atuantes, estão sempre presentes neste Conselho e que sempre que possível levam as questões e trazem as respostas, diz que esse trabalho é um trabalho lindo, que ficou linda a cartilha e gostaria de propor colocar no site do CEDM, também encaminhar o link para os Conselhos Municipais, pois acredita que toda a divulgação que puder ter é muito boa, principalmente para os municípios, principalmente para os conselhos novos, porque de fato a cartilha é algo para se ter à mão, agradece e diz que esta seria a sua proposta, a Vice Presidente Mariana acolhe a proposta da Maria Isabel, de envio para os Conselhos, colocar no site e drive do CEDM, e faz o encaminhamento para a Comissão de Comunicação e acompanhamentos dos Conselhos Municipais tomar a frente com relação ao envio das cartilhas para todos os Conselhos Municipais, a Conselheira Blanca Halice Darem pede a palavra, cumprimenta a todas e todos fala que adorou o material, pensa que o mesmo é de suma importância, mas somente gostaria de pontuar que quando se fala em pessoa gestante já vem logo na cabeça mulheres, só que sabe que tem homens trans que têm úteros e que também tem gestação portanto quando se fala em violência obstétrica pensa que é importante também colocar a questão dos homens trans na Cartilha, que quase sempre são invisibilizados na sociedade e não tem os seus direitos assegurados com relação a saúde, ou seja não tem muito acesso a política da saúde, Mariana agradece Blanca pela sua fala, a Conselheira Carolina Poliquesi pede a palavra, diz que primeiramente gostaria de agradecer a fala da Blanca, a forma como ela consegue falar com tranquilidade diante da realidade que ela vive, mostrando muita maturidade em lidar com a temática, que é muito complexa, conta que já trouxe para esse Conselho que apesar de saber que tem pessoas trans gestando ainda não se tem essa identificação por meio da saúde, então pensa que precisa ter essa interlocução para poder identificar, acolher, pensar em materiais

mais específicos, pensar na população trans que gesta, que não gesta, mas muitas vezes quer amamentar o bebê, então tem a indução de aleitamento, que também é uma temática bem polêmica dentro desse olhar de gênero de população trans, então fala que podem melhorar sim essa escrita da Cartilha, a SESA tem autonomia para modificar, adequar a linguagem trazendo assim esse olhar mais acolhedor para a população trans, Blanca agradece Carolina, a Conselheira Carmen Regina Ribeiro da RFS pede a palavra diz que propõe ao Conselho pensar em uma campanha de rádio, também entrar em contato com a Secretaria de Comunicação da SEMIPI pois assim é que se chega nas pessoas, ou seja, não é uma campanha televisiva, não é nada que seja muito caro, mas esse material tem que chegar nas escolas, tem que estar nos ônibus, nas casas, portanto encaminhar para a Comissão de Comunicação, para pensar esse plano de comunicação a partir desse material da saúde, e também de outros materiais que já se conhece, tais como o do Tribunal de Justiça, o da SESP, do Ministério Público, da Defensoria, desenvolver dentro da viabilidade de uma campanha estadual de comunicação massiva, maciça, então seria esse o encaminhamento para a Comissão de Comunicação pensar mais estratégias e que outros lugares pode se estar mobilizando para aumentar essa divulgação dos materiais, Mariana agradece Carmen, acolhe os encaminhamentos e não tendo mais nenhuma solicitação de fala passa para o próximo ponto da pauta; item seis; **6) Relatório das Comissões Permanentes: 6.1) Comissão de Trabalho e Autonomia:** Não houve reunião desta Comissão por falta de paridade entre Sociedade Civil e Governamentais, no entanto como já havia sido feito o convite para Adriana Kampa da SETR fazer uma apresentação em plenária como pauta desta Comissão, segue a ***Pauta 1*** - **Apresentação em plenária da Lei 14.542/2023 que reserva 10% das vagas intermediadas pelo SINE para mulheres em situação de violência doméstica ou familiar (SETR)**: A Diretora de Fomento e Renda da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda (SETR) Adriana Kampa cumprimenta a todas e todos, agradece imensamente a oportunidade de estar na reunião deste Conselho, inicia a apresentação falando que o Sistema Nacional de Emprego (SINE) existe desde 1975, e hoje ele trabalha em todo o Brasil com as informações dos trabalhadores, diz que a partir de janeiro de 2023, quando a SETR foi instituída inicio-se um trabalho com duas ações, a primeira ação é um trabalho que está sendo executado, que é um projeto de cooperação com a Agência Francesa de Desenvolvimento, e que tem como princípio dois pontos focais, duas realidades bem diferentes, uma que fica em Roraima, em Boa Vista, e a outra no Paraná, conta que hoje existem duas grandes empresas que operam todo o sistema de dados do governo federal, que é o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), e a Dataprev que é uma empresa pública brasileira, vinculada ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos que é responsável pela gestão da Base de Dados Sociais Brasileira, então as informações existem e elas podem ser consultadas, continua a apresentação falando que a partir de junho deste ano começou de forma bastante intensiva aqui no Paraná o projeto piloto do Sistema SINE o "Emprega Mais" – Portal Emprega Brasil, o qual se acessa com o gov.br e neste portal o trabalhador pode consultar as informações da sua Carteira de Trabalho Digital; consultar a situação do Benefício TAC-Taxista; consultar a situação do requerimento seguro desemprego; consultar a situação do Benefício Emergencial; buscar emprego de acordo com o perfil profissional e obter informações sobre o Abono Salarial, explica que este sistema é muito mais ágil, muito mais integrado e enquanto piloto dispõe de muito tempo, o Ministério dispõe de muito tempo para validar, verificar e colocar em prática esse portal, fala agora que também em relação ao sistema veio a Lei 14.542/23, que reserva 10% das vagas intermediadas pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine) para mulheres em situação de violência doméstica ou familiar, conta que quando pegam os dados da Rede Sine o Paraná consta hoje como o primeiro em colocação das mulheres no mercado de trabalho, então trabalham para que se tenha a garantia de que os operadores do sistema façam a inclusão da mulher vítima de violência, continua explanando que hoje, por exemplo, na construção civil se busca muito a mão de obra das mulheres pela questão do acabamento, pela questão da qualidade, da entrega, do cuidado com a questão de acabamento, também na questão de transporte teve um número exorbitante de vagas na área de transporte, as mulheres estão trabalhando como motoristas também por essa questão do cuidado, portanto não tem nenhuma empresa hoje que está cadastrada na Rede Sine que se recusa a dar vagas para as mulheres, muito pelo contrário, elas abrem as vagas, mas é muito importante colocar que os dados das mulheres que sofrem violência não estão no sistema tudo isso é feito através da documentação sigilosa, ou seja se a mulher é vítima de violência, ela está sendo amparada, ela está sendo assistida pois todas essas vagas já são disponibilizadas, são informadas às empresas para que o cumprimento da Lei 14.542/23 aconteça, finaliza a apresentação dizendo que está a disposição para sanar dúvidas, a Secretária Executiva Kaomi pede a palavra e informa que esta apresentação estará disponível no site do CEDM www.cedm.pr.gov.br na aba Reuniões, a Vice Presidente Mariana

agradece e parabeniza Adriana Kampa pela apresentação diz que essa temática realmente é um assunto muito relevante, de muita importância para as mulheres, e não só para as mulheres, para a economia geral, porque gera riqueza, gera proteção, gera desenvolvimento, e isso é válido para todos, diz que a lei 14.542, que fixa um percentual de 10% para que o SINE reserve as vagas ofertadas para mulheres vítimas de violência, impulsiona e leva a cumprir esse percentual, fala que ainda tem uma outra legislação, que é a própria lei de licitações, que também fixa um percentual mínimo de empregabilidade de mulheres em situação de violência para as empresas que participarem de licitações pública, então tudo isso vem crescendo de um movimento de inclusão das mulheres no mundo do trabalho como forma de superação da violência e diz que cabe aqui debater as formas de cumprir essa lei, de fazer com que essas mulheres cheguem no mundo do trabalho, não só que elas acessem o contrato, mas que elas permaneçam nos empregos, que também é o grande desafio que vem sendo discutido dentro da Secretaria da Mulher, de como que essa mulher vai ser acompanhada, uma mulher que geralmente está em medida protetiva ou tem um conjunto familiar, tem filhos, tem dependentes, muitas vezes esse agressor está preso, como que ela cuida também de todo o seu conjunto doméstico, familiar, saindo do mundo de violência, ou quando também essa mulher ainda tem uma dupla ou uma tripla vulnerabilidade, é uma mulher negra, é de periferia, é uma mulher trans, é uma mulher que está em uma condição de maior vulnerabilidade, com baixa escolaridade, enfim, são vários elementos bastante complexos para se debater nesse Conselho, finaliza agradecendo novamente a presença de Adriana nessa reunião porque a pauta do trabalho é libertadora do ciclo de violência e precisam caminhar lado a lado com a Secretaria de Trabalho para conseguir superar esses grandes abismos, Mariana finaliza abrindo a palavra para as Conselheiras que tenham alguma dúvida, a Conselheira Carmen Regina Ribeiro da RFS pede a palavra, diz que gostaria de primeiramente parabenizar pela apresentação e pelas preocupações trazidas, fala que gostaria de perguntar por exemplo, para se monitorar o sistema que está sendo construído, se ele vai permitir quanto em porcentagem de mulheres foram absorvidas nessa condição de violência, ou seja, do total que deu entrada no sistema quantas conseguiram o emprego e também gostaria de saber se o SINE permite consulta que não seja para emprego, mas por exemplo, uma pessoa que precisa de uma empreitada, tipo “vou construir a minha casa”, ela consegue entrar no SINE e saber se tem pedreiro, pedreira que não sejam registrados no mercado formal, seriam essas as duas questões, a Conselheira Silvana Rausis Fcachenco da ASSEMPA pede a palavra e pergunta se as emendas parlamentares, podem ser requisitadas pela instituição, pelo SINE, para implementar capacitações, que o processo, que a instituição tenha uma abrangência maior, que chegue a todas as mulheres de uma forma bem acessível, tal como, um pequeno folheto, uma abordagem, uma transmissão dessa informação, a Conselheira Bruna Marcelly Coutinho da Casa de Malhu pede a palavra e diz que tem uma questão que não conseguiu compreender que é sobre o programa, o portal não chegar nos pequenos municípios e também gostaria de complementar sobre qual seria a possibilidade de encaminhar para esse programa as mulheres trans que estão privadas de liberdade, que também sofrem violência, conta que faz acompanhamento de cinco mulheres trans na cadeia pública de Luanda, onde elas estão totalmente abandonadas, nem o serviço municipal está acolhendo, diz que está tendo que levar produtos de higiene, levar alimentação pois nem a família vai visitá-las, então seria interessante ter essa política também estendida para essas mulheres, tanto mulheres cis, quanto mulheres trans privadas de liberdade, para saírem de lá com uma perspectiva de mudança de vida, uma perspectiva de futuro, Adriana responde aos questionamentos falando que hoje existe o Banco de Fomento que trabalha com desconto, por exemplo, se eu vou abrir um negócio, um MEI (microempreendedor individual), por ser mulher, por estar no Banco de Fomento, e por estar fazendo empreendedorismo eu já tenho 7% de desconto nas tarifas aqui no Paraná então pensa que isso é muito importante que se divulgue também, fala que outra situação que auxilia bastante é que as mulheres hoje também buscam maior qualificação e isso em dados realmente representativos, pegando os dados do Paraná, observa-se o crescimento das mulheres que buscam sair do analfabetismo, a maior taxa de analfabetismo é de homens, explica que todas essas informações agregadas hoje dentro da plataforma do Ministério do Trabalho vai auxiliar e muito em todas essas ações, conta que existe um antigo aplicativo Paraná Serviços que hoje está passando por uma atualização para as pessoas que trabalham de forma autônoma e de prestação de serviços, ele é totalmente gratuito e vai voltar agora com um novo nome nas lojas, tanto da “Play Store” quanto da “Apple” também, ele tem a mesma funcionalidade que o “Black Ninja”, só que ele não cobra, é do Estado, é gratuito, explica que o cadastro é aberto para muitas profissões, tais como cuidador(a) de idosos, diarista, costureira, cabelereira, manicure, encanador, pedreiro, marido de aluguel, fala agora quanto a questão voltada para a pergunta das agências, explica que as agências do trabalhador, que são a Rede

Sine, elas têm critérios, então o Ministério do Trabalho, para que elas existam, têm que ter critérios que realmente justifiquem a existência delas, e como tem um custo, um investimento e as cidades menores não apresentam os índices de CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), elas infelizmente não conseguem ter as agência de emprego, fala agora da outra situação que foi perguntada, que é em relação às mulheres que estão no sistema prisional, conta que a proposta hoje é fazer com que as empresas abram as vagas para pessoas que estão em cárcere, e hoje no Paraná tem um trabalho assim que desponta, em Maringá e Ponta Grossa também, ou seja, as detentas, colocam o uniforme, saem da penitenciária pela manhã, é feito o transporte delas para o trabalho, voltam e tem remissão de pena, então este trabalho está fomentando muito o comércio local e em todos os tipos de indústrias, conta que também tem as fábricas que se instalam dentro do complexo prisional, onde as detentas trabalham diariamente fabricando uniformes, ferragens, suportes de bicicleta e etc., com relação a questão das emendas parlamentares, conta que hoje elas são direcionadas para, por exemplo, para o GERAR (programa que promove o desenvolvimento social através da educação), então passar a emenda total para cursos de qualificação pois sabe-se que cursos muito demorados e muito teóricos têm um abandono imenso e não faz o papel que precisa fazer, precisam de cursos mais práticos portanto quando se faz a Emenda Parlamentar, já se faz o projeto em cima disso, então por isso que as emendas são muito bem-vindas, e é importante quando tem os políticos parlamentares que querem fazer emenda venham conversar com a equipe da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda (SETR) para terem dicas de que os cursos vão ser prósperos, que realmente vão atender aos objetivos, finaliza a rodada de respostas e agradece a todas, a Vice Presidente Mariana agradece Adriana pelas respostas e não tendo mais nada a tratar dessa pauta passa para o relato da próxima Comissão Permanente; **6.2) Comissão de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher**: Conselheiras presentes: Maria Isabel Pereira Corrêa (UBM), Maria Inez Barboza Marques (UNESPAR), Carmen Regina Ribeiro (RFS), Carolina Pauleto Ferraz Zancan (SESP), Eduarda Souza de Moura (SEDEF), Demais presentes: Fernanda Heberle (Apoio Técnico), Kaomi Maltez Alves (SEMIPI), reunião ocorrida no dia 29 de agosto de 2024, ***Pauta 1*** – **Apresentação em plenária do Programa Mulher Segura - Delegado Leonardo Carneiro**: O Delegado Leonardo cumprimenta a todas e todo agradece a oportunidade de estar apresentando o Programa na reunião deste Conselho, parabeniza a Secretaria de Saúde pela Cartilha, diz que a mesma ficou excepcional, inicia a apresentação contextualizando que o projeto de Homem para Homem faz parte de um programa chamado Mulher Segura que já atua na proteção e apoio às vítimas de violência, conta que este projeto tem como foco conscientizar homens sobre o papel crucial que desempenham no combate à violência contra as mulheres, por meio de palestras e ações educativas em empresas, órgãos públicos e instituições de ensino, busca promover uma mudança cultural, destacando que nenhum tipo de violência ou abuso será tolerado, explica que para operacionalizar o Programa Mulher Segura, o Secretário determinou a criação da Operação Vida que busca intensificar o policiamento ostensivo nas cidades do Estado, com ações preventivas, de repressão qualificada e que se divide em 2 eixos: Eixo Operação Cidade Segura que trata dos homicídios, roubos, tráfego de drogas e Eixo Operação Mulher Segura o qual tem 4 ações de enfrentamento, diz que antes de falar sobre as ações de enfrentamento gostaria de falar da estratégia adotada que foi pegar as 20 cidades com maiores indicadores criminais no feminicídio, estupro e violência doméstica, e por exemplo, no feminicídio estas 20 cidades representam um total de 60% dos casos, e ao todo, são 32 cidades que foram divididas em 6 regiões: 1) Região 01 – Curitiba, São José dos Pinhais, Araucária, Almirante Tamandaré, Piraquara, Fazenda Rio Grande, Campo largo e Paranaguá; 2) Região 2 – Londrina, Apucarana, Sarandi, Maringá, Paranavaí e Campo Mourão; 3) Região 3 – Cascavel, Toledo, Santa Helena, medianeira, Foz do Iguaçu e Umuarama; 4) Região 4 – Jacarezinho, Bandeirantes e Reserva; 5) Região 5 – Castro, Ponta grossa, Prudentopolis e Guarapuava, 6) Região 6 – Palmas, Francisco Beltrão, pato branco e Santa Izabel do Oeste, continua mostrando em slides as 4 ações de enfrentamento que são as seguintes, a Intensificação das ações operacionais, as Visitas pós-delito, o Programa Mulher Segura e o Projeto Vida Nova, fala da primeira que é a intensificação das ações operacionais quando foram criadas forças tarefas para o cumprimento prioritário dos mandados de prisão envolvendo feminicídio, violência doméstica, estupro, prisão por pensão alimentícia e descumprimento de medidas protetivas e apenas nesses 143 dias de operação chegou-se ao total de 2.288 prisões, a segunda ação trata das visitas às mulheres em situação de violência doméstica, perpetuadores da violência e testemunhas, quando objetiva-se gerar: sensação de vigilância constante para o autor e sensação de segurança, acolhimento e amparo à vítima, de 08 de abril de 2024 a 31 de agosto de 2024 foram realizadas 24.772 visitas, fala agora da quarta ação o Programa Mulher Segura que consiste em ciclos de palestras de prevenção de

crimes, orientação quanto a rede de proteção estatal e empoderamento feminino, quando tiveram 214 eventos no Paraná até 31 de agosto de 2024 com 24.802 pessoas conscientizadas nos ciclos de palestras e 60 em instituições de ensino, atingindo um público de aproximadamente 7.993 estudantes, e fala agora da quarta ação que é o Projeto Vida Nova desenvolvido pelo Núcleo Estadual de Política sobre Drogas com o apoio integral do centro de Integração Feminino e a Polícia Penal, diz que o projeto visa possibilitar de forma digna o retorno de mulheres que estão cumprindo pena de privação de liberdade às suas comunidades, fala que além disso, a Polícia Penal tem realizado também ações de conscientização em estabelecimentos penais, já foram feitos em mais de 23 estabelecimentos, atingindo mais de 700 detentos(as) participantes das ações, continua a apresentação falando do projeto De Homem para Homem que é a nova ação do Programa Mulher Segura que busca a conscientização e engajamento da população masculina no combate à violência doméstica, trata-se de uma palestra, propondo uma reflexão sobre os tabus que afligem o público masculino e normalizam equivocadamente ações que fomentam a violência contra a mulher, conta que perceberam que teriam alguns desafios, o primeiro deles a captação de público, pois é muito difícil trazer os homens para ouvirem sobre esse tema, para que seja algo atrativo para eles e o terceiro de fazer com que eles levem essa conscientização para frente e para solucionar isso adotaram algumas soluções simples com o sistema de parcerias, quando estão sendo firmadas parcerias com Exército; Polícia Rodoviária Federal; CINDACTA; Colégio da Polícia Militar; Instituições de ensino; ACP; OCEPAR; Clubes de Futebol; Maçonaria; Grupos de Motociclistas e Grandes empresas, continua falando com relação a formatação das palestras, diz que a ideia é fazer de forma simultânea e de forma híbrida para todo o Brasil e, na sequência, formar multiplicadores, formar palestrança, formar e certificar, pegar essas pessoas que se interessaram pelo tema dentro da instituição, conta que essas palestras têm duração de 40 minutos a 1 hora no máximo, então são palestras curtas com dinâmicas interativas, vídeos e estatísticas que sensibilizam os homens e mostram como as suas relações afetivas estão relacionadas à violência contra a mulher, e o público-alvo, pensa que é muito importante deixar claro que não querem falar com os agressores, mas pretendem principalmente falar com os homens que fazem a coisa certa, os homens que acreditam que não tem mais espaço para violência contra a mulher, pretendem que eles se posicionem e tragam esse assunto para dentro das suas rodas de conversa, explica agora o por que de De Homem para Homem, diz que sabem das dificuldades que os homens têm em expor seus sentimentos, em falar abertamente sobre as suas vulnerabilidades, por isso buscaram em uma espécie de laboratório, realizar essas primeiras palestras com palestrantes masculinos voltados exclusivamente para o público masculino, para tentar criar um ambiente onde esse homem se sinta confortável para expor suas aflições, angústias, vulnerabilidades, se reconhecer muitas vezes como um homem machista, violento, acreditam que esse ambiente vai ser um pouco mais propício a isso, finaliza a apresentação com a seguinte frase, “Chegou o momento dos homens que respeitam e admiram as mulheres se posicionarem, não podemos permitir que uma minoria mal-intencionada e barulhenta silencie aqueles que agem corretamente, devemos mostrar que a grande maioria dos homens não pratica, não tolera e não aceita a violência contra a mulher”, a Secretária Executiva Kaomi informa que esta apresentação completa estará disponível no site do CEDM www.cedm.pr.gov.br na aba Reuniões, a Vice Presidente Mariana agradece e parabeniza o Delegado Leonardo pela sua apresentação, ***Pauta 2*** – Apresentação em plenária do Fluxo de Atendimento e de Atividades da Delegacia da Mulher de Londrina – Divisão de Polícia Especializada - Conselheira Delegada Luciana Novaes, ***Parecer da Comissão***: Retirar da pauta do pleno e entrar em contato com o Conselho de Londrina e Dra. Luciana para agendar uma reunião extraordinária da Comissão para tratar do fluxo de Londrina, uma vez que é uma questão específica, ***Parecer do CEDM***: Ciente, ***Pauta 3*** – Protocolo 22.449.960-4 Ofício 11/2024 do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paranavaí sobre o funcionamento das Delegacias da Mulher 24 horas – Resposta da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP), ***Parecer da Comissão***: A resposta da SESP traz a informação sobre o planejamento relativo às Delegacias da Mulher e de abertura de salas especiais para atendimento às mulheres nas Centrais de Flagrantes. No entanto não responde à demanda relativa à falta de pessoal, especialmente a falta de investigadores. Dessa forma, propomos reenviar o processo para a SESP de forma a verificar a possibilidade de atender ao pleito específico, ***Parecer do CEDM***: Encaminhar o protocolo para Conselheira Delegada Luciana de Novaes, para fazer nova resposta, devolver e apresentar na reunião da Comissão do mês de Setembro, ***Pauta 4*** – Protocolo n°22.516.108-9 Andamento da Nota técnica do Projeto Acolhe da Secretaria da Mulher Igualdade Racial e Pessoa Idosa, ***Parecer da Comissão***: Apenas para conhecimento dos andamentos ainda não concluídos junto à Assistência Social, ***Parecer do CEDM***: Ciente, ***Pauta 5*** – Relato evento Guaraqueçaba –

Conselheira Maria Isabel: Guaraqueçaba está situada dentro da maior reserva de mata atlântica do país, considerada um dos ecossistemas de maior biodiversidade do mundo. São diversas ilhas que compõem o município, sendo a maior delas a ilha de Superagui seguida pela ilha das Peças. A ocupação por portugueses é de 1545, a população é de aproximadamente 7.636 habitantes, e o número de eleitores de cerca de 7.000. São nove unidades de conservação no município. Há 40 comunidades tradicionais, sendo duas indígenas e duas quilombolas, 62% dessas comunidades vivem da pesca artesanal. A Câmara de Vereadores tem nove cadeiras, sendo duas ocupadas por mulheres, e tem na sua presidência uma vereadora, e, a outra como Procuradora da Mulher. A Procuradoria da Mulher ainda não teve atuação. A palestra foi sobre agosto lilás, ampliado para outros tipos de violência para além da violência doméstica. Após a palestra, houve uma reunião com o intuito de esclarecer pontos para a criação de Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Não há Delegacia no Municípío, são atendidos por Antonina. Não tem transporte público entre Paranaguá e Guaraqueçaba sendo que o principal meio de transporte é por barco, a estrada entre Guaraqueçaba e Antonina (80KM) é muito ruim. Os índices de violência são maiores no verão devido a chegada de barcos de turistas que promovem festas onde são praticadas violências sexuais. População muito desatendida. Propõe um atendimento pela operação verão mais próxima a esta população e fazer uma ação especial nos 16 dias de ativismo, ***Parecer CEDM***: Encaminhamento sobre o relato de visita da conselheira: fazer um e-mail para a coordenação do Verão Maior, da SEMIPI e SEJU informando que em visita técnica à Guaraqueçaba a conselheira Maria Isabel identificou vulnerabilidades que podem motivar aprimoramentos ao Programa Verão Maior, para a proteção das mulheres, ***Pauta 6*** – Acompanhamento do Protocolo relativo às detentas trans na penitenciária de Toledo. ***Parecer da Comissão***: O Conselho encaminhou várias correspondências às instituições responsáveis por questões apontadas na visita técnica da Conselheira, com vistas a buscar soluções. O Protocolo se encontra em posse da SESP e ainda não retornou para a Comissão. Estamos no aguardo deste retorno de informação da SESP, ***Parecer do CEDM***: Ciente, ***Inclusão da Pauta 7*** – Fala da indígena Amauê Jacinto sobre a situação atual nos territórios indígenas e das mulheres que estão afastadas dos seus territórios: Amauê cumprimenta a todas e todos, agradece a esse Conselho por recebê-la mais uma vez, diz que gostaria de falar sobre o que está acontecendo na região oeste, fala que esta região enfrenta há muitos anos uma situação de conflito, de luta territorial, e que essa situação vem afetando diretamente, violentamente, as mulheres indígenas, a população indígena em geral, mas as mulheres indígenas e as crianças são as mais prejudicadas, são as mais afetadas, fala que a região afetada é a das cidades de Guaíra e Terra Roxa, onde tem 16 retomadas, explica que retomadas são territórios que não são homologadas e há algumas décadas atrás, essa população foi realocada, como dizem, enfim, para não dizer que eles foram expulsos de suas próprias terras, eles foram realocados e por conta da hidrelétrica Itaipu que foi construída ali, essas populações acabaram ficando sem os seus territórios sagrados originais, com essas retomadas os indígenas não conseguem nem ter acesso a água potável, continua explicando que existem muitos conflitos pois assim que eles foram realocados, estas terras que pertenciam aos povos indígenas foram repassadas para agricultores, para outras pessoas não indígenas, e por conta disso, vem acontecendo já há mais de uma década conflitos violentos e conflitos altamente injustos, porque a população indígena não tem como se defender, sendo uma atmosfera de muito racismo, de muita violência e isso reflete diretamente nas mulheres indígenas e nas crianças, conta que nas últimas semanas houveram vários conflitos quando os fazendeiros da região se organizaram em facções e atacaram os povos indígenas com tiros, fala que eles vem observando que eles promovem caçadas humanas nesses territórios e as principais vítimas são as mulheres, conta que inclusive, no último final de semana, uma líder indígena foi baleada no peito e mais mulheres indígenas levaram tiros também naquele território, portanto a situação é extremamente desumana para as mulheres indígenas, para a população indígena, a situação é muito difícil, uma situação de completa insegurança, diz que traz este relato para este Conselho e para a Secretaria da mulher para que olhem com atenção para isso e tentem mediar uma solução e colocar essas pessoas em segurança, principalmente mulheres e crianças, enquanto não é definido perante a justiça brasileira a situação territorial, porque os direitos humanos têm que ser respeitados, os relatos que chegam das lideranças indígenas de lá são terríveis, as indígenas contam que a polícia está mobilizada junto aos fazendeiros para atacar os indígenas e isso é muito sério, isso é muito grave, isso é violação de direitos humanos, isso cabe, denúncias internacionais para os órgãos competentes que defendem os direitos humanos internacionalmente, portanto o pedido que ela faz para este Conselho, para os órgãos competentes aqui do Estado do Paraná é que olhem para essa situação e tentem de alguma forma mediar essa situação para colocar essas populações em segurança, fala que no estado do Paraná o feminicídio de mulheres indígenas é em números o

terceiro do país de acordo com o relatório brasileiro feito com o Ministério Público em parceria com a Universidade Federal do Paraná, durante a última década subiu em 500% o feminicídio contra as mulheres indígenas, então é um índice altíssimo, fala que é Diretora Executiva da Associação das Mulheres Indígenas Organizadas em Rede, e a pauta principal da luta dessa organização é o trabalho de combate, prevenção à violência de gênero em território indígena, finaliza agradecendo por essa oportunidade de fala neste Conselho, a Vice presidente Mariana agradece Amauê e diz que de fato a situação em terras indígenas é um tema que já se tem trabalhado com muita preocupação e atenção pelo Conselho, desde a vinda dela aqui neste Conselho até a tramitação de todo processo junto à Defensoria Pública, às organizações, às instituições, fala que também tem trabalhado em nível de governo com outras iniciativas complementares, propõe então que este Conselho abrace todas as demandas que envolvem a pauta indígena no território, uma vez que já está sendo, inclusive, acompanhado pelo Conselho Indígena, então o que se pode fazer de encaminhamento é mobilizar essas ações com a contextualização que a Amauê traz que, embora o conflito seja na terra indígena, as mulheres e crianças são as mais atingidas pela vulnerabilidade agravada em torno da questão do gênero, compete sim entrar nessa ação com força-tarefa, então solicita as conselheiras que gostariam de integrar essa força-tarefa juntamente com a Diretoria da Igualdade Racial para que encontre exatamente um plano de ação emergencial, de uma ação humanitária, de como a defesa civil está chegando, com quanta comida, para quantas pessoas, de que maneira e buscar acionar as autoridades responsáveis por essas ações e no caso da saúde, para a chegada dos insumos, medicamentos e tudo mais, enfim buscar essas soluções, Mariana sugere que as seguintes Conselheiras integrem uma comissão temporária, uma força tarefa, Joseli Collaço (Casa Civil), Carmen Regina Ribeiro (RFS), Carla Aguiar (SESA), Silvana Rausis Fcachenco (ASSEMPA), também Jucelma Silveira Bueno da Silva (Coordenadora SEMIPI), fala que a Secretária Executiva vai fazer contato para fazer esse grupo de força tarefa e solicita que essa comissão temporária leve o relato para a Comissão de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher para que se traga então para a próxima reunião do Conselho para a ciência e outras providências que precisem adotar; **6.3) Comissão de Legislação e Normas**: Não teve reunião desta Comissão por ausência de pautas; **6.4) Comissão de Comunicação, Mobilização e Acompanhamento dos Conselhos Municipais**: Devido ao avançado da hora o relato da reunião desta Comissão será apresentado na próxima reunião plenária deste Conselho; **6.5) Comissão de Planejamento e Orçamento**: Devido ao avançado da hora o relato da reunião desta Comissão será apresentado na próxima reunião plenária deste Conselho; Mariana prossegue para o próximo ponto de pauta; item sete; **7) Palavra das Conselheiras:** Não tendo nenhuma inscrição de fala devido ao avançado da hora a Vice Presidente Mariana deseja que todas tenham um excelente final de tarde agradece novamente a todas as Conselheiras, Convidadas(os), Colaboradoras(es), dando por encerrada a Reunião Ordinária. Esta ATA foi degravada por Sandra Cristina Hey Paizani Assessora da SEMIPI, e será encaminhada as Conselheiras para contribuições, depois de aprovada em reunião plenária será publicada no DIOE e publicizada no site do CEDM/PR.